

Regiões Agrícolas, Mercado de Trabalho e Migrações: Novas Áreas Produtivas de Frutas, casos do Brasil e da Argentina

*Josefa Salete Barbosa Cavalcanti*¹ (Brasil) saletcav@hotmail.com

*Mónica Isabel Bendini*² (Argentina) rtbendin@uncoma.edu.ar

*Dalva Maria da Mota*³ (Brasil) dalva@cpatu.embrapa.br

*Norma Graciela Steimbregger*⁴ (Argentina) nsteimb@neunet.com.ar

Resumen

El objetivo del artículo es analizar cómo el proceso de valorización de espacios para la agricultura intensiva produce impactos en la estructura agraria, en el mercado de trabajo y en los centros urbanos regionales como consecuencia de la movilización territorial de trabajadores, y cómo este proceso influye en la organización del trabajo agrícola en regiones productoras de frutas frescas en Argentina y en Brasil, atendiendo a mercados segmentados y exigentes según estrategias específicas. La cuestión que se enfatiza es: Cuáles son las diferencias y las semejanzas que se constituyen en regiones distantes, pero sujetas a los mismos imperativos del mercado de productos frescos, haciendo hincapié en los procesos migratorios.

Introdução

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico na agricultura, associado à modernização dos transportes, principalmente pela introdução de câmaras refrigeradas e à construção de infraestrutura básica, favoreceu a implantação de *novas áreas* empresariais e a reestruturação das tradicionais regiões agrícolas com a conseqüente adequação dos setores produtivos. No entanto, a organização e reorganização destes espaços “no depende solamente de la inversión e de la incorporación tecnológica sino también de características institucionales, históricas e culturales de los sistemas locales” (Steimbregger, Radonich e Bendini, 2003), associadas a emergência de

¹ Ph.D Sociologia, Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

² Dra. em Sociologia Professora da Universidade Nacional do Comahue, Argentina.

³ Dra. em Sociologia, Pesquisadora da *Embrapa Amazônia Oriental*, Belé, PA..

⁴ Mestre em Sociología da Agricultura Latinoamericana, Professora da Universidad Nacional del Comahue, Neuquen, Argentina.

novos serviços, mudanças demográficas e novos estilos de vida (Pedreño, 2003) que caracterizam-se pelo consumo de produtos frescos em atendimento aos novos padrões estéticos dos corpos e de qualidade da produção definidos externamente ou a necessidade de adoção de dietas ricas em vegetais em todas as épocas do ano (Cavalcanti e Bendini, 1999).

Na promoção dos novos espaços produtivos, ressalta-se também o papel do Estado, tanto pela sua participação ativa através de investimentos em infra-estrutura produtiva - irrigação, energia, estradas, etc.- e políticas de promoção econômica - créditos, como por seu papel favorecedor de determinados atores sociais, em detrimento de outros, ao criar condições propícias para a hiper mobilidade do capital (Bonanno, 1998; Cavalcanti et.al. 2002). Acrescenta-se a estas condições, a grande flexibilidade da organização do trabalho, pelas possibilidades de contratar temporariamente, manejar internamente a força de trabalho, contar com trabalhadores mais vulneráveis face às dificuldades de mobilização política e a grande oferta de mão-de-obra, dentre outras condições.

Todas estas características podem ser observadas nas novas regiões agro-industriais que se constituem mundialmente, mas que têm como ponto comum uma divisão internacional em que ao Sul compete a produção de frutas e hortaliças que se destinam ao Norte. Não é por acaso que no Norte se concentram o controle da distribuição dos produtos pelas corporações transnacionais, as finanças e a produção de conhecimentos que orientam a demanda do que passa a ser produzido no Sul. Como bem argumenta Bonanno (1999), estamos diante de uma nova divisão internacional do trabalho controlada pelo Norte, apesar da aparente disponibilidade das mercadorias num contexto em que o consumo é cada vez mais seletivo. Nessas condições de desigualdades, a organização do trabalho também se transforma nos espaços que passam a ser valorizados pela intensificação da agricultura.

Metodologia

O objetivo do artigo é analisar como o processo de valorização de espaços para a agricultura intensiva produz impactos na estrutura agrária e, conseqüentemente, no mercado de trabalho e como esse processo influencia na organização do trabalho agrícola em regiões da Argentina e do Brasil. A questão que se coloca é: quais as diferenças e semelhanças que se constituem em regiões distantes, mas sujeitas aos mesmos imperativos do mercado de produtos frescos?

O campo de pesquisa são duas regiões: uma na Argentina e outra no Brasil. A primeira, localiza-se na região denominada Valle Medio da província do Río Negro no norte da Patagônia argentina. Ali, a disponibilidade de grandes extensões de terra com solos férteis e de água para a agricultura permitiu a implantação de cultivos intensivos com variedades de crescimento rápido (pêras, maçãs, uva de mesa, etc.). Estas vantagens comparativas asseguram às empresas frutícolas a ampliação de sua escala produtiva para responder de maneira rápida às transformações da demanda internacional de frutas frescas fora da estação (Bendini, 1999; Cavalcanti, 1999; Cavalcanti, Mota e Silva, 2002; Steimbregger, Radonich e Bendini, 2003).

A segunda é a região onde se localiza o Platô de Neópolis no Baixo São Francisco sergipano no Nordeste brasileiro. Ali, a expansão frutícola se dá tanto pelas vantagens comparativas, como as existentes no Valle Médio, como pela decisão do governo estadual em desapropriar áreas para implantação de projetos empresariais, inaugurando um novo modelo de parceria entre a iniciativa privada e o Estado. No entanto, a heterogeneidade do empresariado e a opção por culturas (coco, citros, banana) destinadas ao mercado nacional influenciam no ritmo e na qualidade das mudanças num contexto de excesso de oferta dos produtos eleitos.

A pesquisa foi realizada no período de 2000 a 2004 e a abordagem foi, predominantemente, qualitativa, através do uso de entrevistas semi-estruturadas, observações de campo e acompanhamento da trajetória dos trabalhadores e das empresas quanto à inserção/exclusão dos trabalhadores dos seus quadros. No Platô foram realizados 183 questionários com trabalhadores que ocupavam diferentes postos, além de observações de campo e entrevistas com 38 atores dentre técnicos, agrônomos, gerentes, vendedores e trabalhadores. As principais variáveis pesquisadas foram: forma de inserção no trabalho, perfil dos trabalhadores, gênero, organização do trabalho etc.

Na pesquisa no Valle Medio, foram também utilizadas entrevistas semi-estruturadas com a população das principais localidades onde se localizam as grandes empresas frutícolas e observação direta. Por outra parte, durante a temporada 2001/2002, foram aplicados questionários a 61 trabalhadores migrantes sazonais de cinco empresas da região. Além do mais, foram realizadas entrevistas em profundidade com informantes chave, tanto do âmbito privado como público (pessoal técnico e hierárquico das empresas, produtores, funcionários públicos municipais e estatais, representantes da obra social dos trabalhadores rurais). As principais dimensões incluídas nos questionários e entrevistas foram: características sócio-demográficas e ocupacionais da mão-de-obra em geral e dos trabalhadores migrantes em

especial; condições de trabalho, salariais e habitacionais; formas de inserção /contratação e organização empresarial do trabalho.

I. Organização social dos espaços produtivos

A área denominada Valle Medio está localizada no médio rio Negro, no departamento Avellaneda, província de Río Negro (Argentina). A região abrange, aproximadamente, 2000 km² e apresenta dois subsetores com características sociais e produtivas bem diferentes: a *área irrigada* que concentra a atividade agrícola irrigada, os principais centros de povoamento e as atividades de serviço; e a *área de sequeiro* destinada à criação de gado e ovelhas, atividades que dão ao lugar um tipo de assentamento humano exclusivamente disperso.

Na atualidade, das 38.000 ha existentes no Valle Médio, a fruticultura é a atividade agrícola que ocupa maior superfície. Segundo os dados do CENSAR'93, para 1994 essa atividade cobria umas 5.769 ha. distribuídos da seguinte maneira: 3.597 ha com maçã, 1.487 ha com pêras e 685 ha com outras frutas. Segundo os dados do Censo Nacional Agropecuário – CNA, realizado em 2002, existem 7.959 ha com frutas, o que significa um aumento de cerca de 20% de superfície implantada com frutas, em menos de uma década.

O Platô de Neópolis localiza-se no Baixo São Francisco Sergipano, abrangendo parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. Tem uma área total de 7.500km² e é formado por 35 lotes empresariais cujos tamanhos variam de 20 a 600 ha. Até junho/2005, apenas 50% da área do projeto estavam ocupados com oito sistemas de produção compostos principalmente pelas culturas de coco (35% da área), banana, milho, manga, mudas cítricas, citros (30% da área), maracujá e melão, comercializadas na própria região. Apenas o coco ultrapassa as fronteiras regionais e chega às regiões Sul e Sudeste do Brasil. As áreas irrigadas são exclusivamente empresariais e nos arredores predominam os pequenos estabelecimentos cujos proprietários se dedicam a arroz e cana-de-açúcar. Coexiste com a agricultura o artesanato de cerâmica, predominantemente, feito pelas mulheres.

Como no Valle, no território do Platô, coexistem e relacionam-se pela via do mercado de trabalho e de insumos, diferentes categorias de produtores e trabalhadores, inclusive agricultores irrigantes em projeto implantados nos anos de 1970 pela Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF. Na região, também estão situados os povoados, onde residem os trabalhadores que têm ocupação no projeto, os quais foram dinamizados após a sua implantação.

Em comum, os dois territórios têm a coexistência de atividades e produtores com diferentes níveis de inserção nos mercados de produtos e trabalho, consequência das diferentes políticas executadas para segmentos específicos do espaço rural que resultam no acesso diferenciado à natureza e a outros bens econômicos. No caso do Platô, a implantação do projeto foi alvo de disputa entre os movimentos sociais dos trabalhadores locais e os representantes do governo pela exclusão dos trabalhadores nativos da possibilidade de acesso a um lote.

No Valle Medio ocorreram vários movimentos de trabalhadores e de produtores em resposta ao processo de concentração econômica e des-regulação do mercado de trabalho ocorrido durante os anos 90 que condicionou a subordinação dos produtores e a precarização dos trabalhadores do setor frutícola. Neste contexto de crescente assimetria, como ocorre noutras áreas sob irrigação do norte da Patagônia argentina, tanto produtores como trabalhadores agrícolas e de pós-colheita, recorrem às negociações nas quais os representantes das distintas partes que conformam o setor -câmaras de produtores e de empresas, sindicatos de trabalhadores e o Estado- tratam de firmar acordos quanto ao preço das frutas e aos salários. No entanto, em algumas temporadas, surgem maiores tensões e conflitos que não se resolvem na negociação intersetorial e que conduzem à mobilização de produtores e trabalhadores. Nos momentos mais tensos dos protestos as estratégias se orientam para ações diretas de confronto, como o *tratorazzo* -interrupção do trânsito nas ruas e estradas da região e, inclusive, se impede o acesso aos galpões de pós-colheita para evitar que as empresas continuem exportando as frutas (Bendini e Tsakoumagkos, 2003).

II. Apropriação e uso das terras.

Mesmo com diferentes trajetórias históricas, alguns elementos são comuns na conformação da estrutura agrária do Valle Medio e do Platô, sendo ambos resultantes de um complexo processo histórico que começa com a existência de concentração de grandes extensões de terra, fenômeno que dificulta o surgimento de pequenos e médios proprietários. Desde finais do século XIX e até metade do XX, a estrutura produtiva do Valle Medio se manteve sem grandes modificações com um marcado predomínio no cultivo de forragens e em menor medida, orientada para a atividade pecuária mediante a complementaridade das áreas de vale e de tabuleiros. No caso do Platô, as grandes propriedades abrigavam pequenos agricultores sem terra, produtores de arroz num sistema de parceria que dependia das enchentes a vazantes do rio e que, muitas vezes, os sujeitava a relações de dependência e subordinação para ter acesso à terra (Casanova, 1979; Mota, 2003). No contexto das políticas

de geração de energia nos anos de 1970 esse sistema foi extinto e como política compensatória foram implantados projetos de irrigação para pequenos agricultores produzirem arroz, mas que absorveram apenas um terço dos demandantes. Estes projetos subsistem, completamente dependentes dos subsídios estatais e dali emigram muitos dos trabalhadores que se assalariam no Platô.

No caso do Valle Medio, a guinada para a transformação do sistema foi no início dos anos 1950 quando o estado nacional financiou o sistema integral de irrigação orientado ao cultivo de 20.000 ha. Nas décadas seguintes configura-se a matriz sócio-produtiva da região com a expansão do cultivo de tomate. Esta atividade é desenvolvida por pequenos produtores, em muitos casos, arrendatários ou parceiros, com baixos níveis de produtividade e escassa inovação tecnológica. Nesses mesmos anos começa a ter importância crescente o cultivo de pêras e maçãs. A partir da década de 80 se observam alguns indícios de mudança na região. Mediante uma lei de isenção impositiva, a Lei Nacional 22.211/80, o governo nacional busca canalizar investimentos privados para incrementar a produção agropecuária nas áreas rurais de baixa produtividade, nas áreas de fronteira ou nas terras patagônicas, espaços agrários onde a aplicação de tecnologia poderia melhorar a utilização dos recursos naturais. Aparecem assim, novos atores sociais que adquirem grandes superfícies de terra a baixos custos. Trata-se de capitais nacionais e estrangeiros, nem sempre dedicados a atividades agrárias. No entanto, apesar do dinamismo que adquire o mercado de terras no *Valle Medio* e da localização de algumas empresas frutícolas, a estrutura produtiva da região não se modifica de forma substantiva até a década de 90 (Steimbregger, 2004).

Com isso, observam-se, similaridades em como regiões distintas e distantes sofrem esses tipos de intervenção, resultantes do jogo de forças que se dá entre diferentes atores interessados na apropriação de um mesmo recurso. Para os dois casos, pode-se afirmar que se dá uma revalorização especulativa do território no período de 1975-1989 em consequência, fundamentalmente, das políticas públicas que privilegiaram grupos, produtos e regiões.

III. Configuração de um território para a produção frutícola em grande e pequena escala a partir dos anos 90.

A partir dos anos 90 delinea-se nas duas áreas em análise, um intenso processo de “modernização” da agricultura segundo uma nova organização técnico-produtiva intimamente relacionada com a reestruturação do sistema agroalimentar mundial. Interessante observar que esta expansão territorial da atividade frutícola é orientada tanto ao mercado interno (Brasil,

Platô) quanto ao externo (Argentina, Valle) e tem sido protagonizada por empresas locais, locais transnacionalizadas e transnacionais. A ampliação da escala produtiva representa uma estratégia empresarial para responder de maneira rápida às mudanças na demanda mundial, ao tempo que implica um aumento da concentração do capital tendendo a fortalecer formas oligopólicas de produção e distribuição.

No Valle, algumas das empresas integradas que participam deste processo desenvolvem mecanismos de diversificação produtiva combinando a fruticultura com cultivos hortícolas, produção de uva de mesa e inclusive com a atividade pecuária. Estes processos de integração vertical, diversificação produtiva e de coordenação multi-espacial entre áreas tradicionais de produção e as *novas áreas* frutícolas, lhes permite aumentar a "*eficiencia* empresarial en su conjunto" (Teubal, 1999). As grandes empresas que se instalaram na área a partir da década de 90 possuem em média mais de 700 ha em produção - a principal empresa exportadora de frutas frescas em nível nacional possui nesta região cerca de 2.600 ha cultivados com pêras, maçãs e uva de mesa.

Já a estratégia dos empresários do Platô visa a concentração da produção em determinados produtos (coco e citros), paralelamente às atividades fora do setor e do território, a exemplo da construção civil, comércio, serviço público etc.

Embora desenvolvendo a mesma atividade o cenário muda segundo o perfil dos empresários e as suas conexões com os mercados através da articulação exclusiva com o mercado internacional de um (Valle), com o nacional de outro (Platô), condicionadas, predominantemente, pelos tipos de produtos, empresariado e hábitos de consumo. Enquanto a maçã e a pêra são tradicionalmente consumidas pelos habitantes dos países do Norte, têm maior demanda e por isso mesmo já contam com sistemas de transporte adequados, os produtores de coco ainda estão buscando alternativas mais exequíveis de exportação da água sem o fruto porque muitos países não aceitam os resíduos.

1V- Organização do trabalho a partir dos anos 1990.

Os processos de mudança que se observam nos complexos agroindustriais e nos mercados de trabalho, associados aos mesmos, estão vinculados não só com a reestruturação econômica e com as tendências de mundialização, mas também com as especificidades setoriais e locais próprias de cada caso.

As transformações agrárias das últimas décadas no Valle e no Platô estão intimamente relacionadas com as estratégias, atividades e com a localização de grandes empresas frutícolas que introduzem novas formas de organização da agricultura caracterizadas por um uso mais ou menos intensivo do capital. Considerando a intensidade, estes aspectos promovem ou não, importantes mudanças nas sociedades locais, implicam não só a desestruturação de formas tradicionais de produção e a redefinição do sistema de uso do solo rural, mas também a reconfiguração do mercado de trabalho regional e o surgimento de novas relações de poder. Mesmo assim, têm efeitos significativos no crescimento da população e a conseguinte demanda de serviços e infra-estrutura social (Steimbreger, 2004; www.rimisp.org.ar, 2005).

Todas essas características são visíveis tanto no Valle como no Platô, mesmo que os mercados a que se destinam os produtos sejam completamente diferentes. No Platô o perfil do empresariado mudou de predominantemente associados à sociedade local e à agricultura para originários de outras cidades/regiões, atores de atividades diversas e com maior nível de escolaridade. Técnicos e trabalhadores de outras regiões também se incorporam e inauguram uma pauta de novas demandas quanto ao local de viver. Mesmo que as ocupações geradas no Platô estejam muito abaixo do previsto no plano inicial, há uma tendência de regulamentação das relações de trabalho com consequências no conteúdo das relações anteriormente muito marcadas pelo personalismo e dependência.

4.1-Mudanças recentes no mercado de trabalho.

Vários estudos vêm alertando sobre a tendência geral nos complexos agroindustriais não só quanto à redução dos requerimentos de mão-de-obra via incorporação tecnológica, mas também o aprofundamento da precariedade laboral mediante a multiplicação do trabalho temporário, subcontratado e em tempo parcial. A precariedade se refere a uma débil inserção do trabalhador na produção social de bens e serviços, pela informalização do vínculo contratual e/ou por uma descontinuidade temporal na atividade laboral, o que leva a dissolução do modelo assalariado socialmente vigente em termos de trabalho em tempo integral, permanente, de acordo com uma legislação laboral e de seguridade social (Bendini e Tsakoumagkos, 2003). Estas características deram lugar a uma nova organização dos processos de trabalho e da família gerando maiores níveis de desigualdade e exclusão social.

No Valle Medio, igual a outras áreas da América Latina, a penetração de formas de agricultura intensiva durante a década de noventa, provocou a reestruturação das relações técnicas e sociais de produção. Em tal sentido, um dos efeitos mais importantes deste

processo de revalorização de terras para a atividade frutícola de qualidade, orientada para o mercado mundial, tem sido uma nova configuração do mercado de trabalho regional.

No Platô, a grande expectativa era a geração de empregos diretos e indiretos para a população local e circunvizinha. Como em outras partes do mundo, as estratégias produtivas adotadas no Platô privilegiam a redução do trabalho humano e, em relação aos que permanecem, são seletivas porque requerem qualificações específicas, assim como, comportamentos relacionais e interativos que não constituam ameaça à estabilidade dos investimentos. Aliás este é um dos pré-requisitos das corporações para se instalarem em qualquer país do mundo. A heterogeneidade das etapas da produção agrícola também influencia para a contratação de um trabalhador “múltiplo”, capaz de realizar diferentes atividades e assim, ser remanejado de uma para outra função ao longo dos ciclos de produção e pós-colheita.

Mas, diferentemente de outros empreendimentos agrícolas, no Platô têm sido predominantes as ocupações registradas o que tem influenciado na permanência dos trabalhadores na esfera local. O processo de recrutamento da força de trabalho se apresenta como uma contra-tendência pela priorização de ocupação para os que residem localmente e pertencem a redes de inter-conhecimento, sendo este ilustrativo da diversidade de situações existentes nos novos espaços de produção de frutas. Isto mostra que as empresas não ignoram que o conhecimento dos comportamentos interativos e relacionais são importantes instrumentos de controle dos trabalhadores. O nível de qualificação e especialização dos trabalhadores clandestinos e registrados não difere, segundo informações coletadas e observações de campo.

Em linhas gerais se observa por um lado, uma demanda de mão de obra com diferentes graus de qualificação e continuidade e um aumento absoluto e relativo de trabalhadores assalariados - permanentes e temporários - ao tempo que diminui o peso da mão-de-obra familiar, outrora de grande importância na atividade agrícola do *Valle Medio* –produção de tomate (Steimbregger, Radonich e Bendini, 2003). Por outro, a predominância de trabalhadores registrados abaixo da expectativa.

4.2- Aumento do trabalho assalariado.

No marco de uma agricultura intensiva e empresarial, na medida em que se incorporam terras ao processo produtivo, se incrementam os requerimentos de mão-de-obra assalariada para a sistematização das mesmas e implantação do empreendimento.

Posteriormente, para a realização das distintas tarefas culturais como poda, raleio, limpeza de canais e, principalmente, para a colheita e embalagem das frutas.

No conjunto de trabalhadores assalariados no Valle diminui a importância dos permanentes e aumenta o peso da mão-de-obra temporária como consequência da existência de momentos de sub-ocupação ao longo do ciclo anual de produção. Frente à necessidade de reduzir os custos de produção que geram estes "tempos mortos", as empresas buscam ajustar os volumes de pessoal permanente que se concentra em postos hierárquicos e de comando. Estes ajustes da demanda de mão-de-obra em função das flutuações da atividade agrícola implicam alterações nos contratos e nas práticas que organizam o mercado de trabalho. Se introduz uma maior flexibilidade nos processos de trabalho de maneira que as empresas possam minimizar os custos fixos laborais e neutralizar o poder das organizações de trabalhadores – contratos de curta duração, trabalho eventual por tarefa, portanto, informalidade, polivalência, perda dos direitos trabalhistas, debilitação da negociação coletiva, entre outras. Como menciona Boris Marañón (2002), se trata de uma flexibilidade *neoclássica*. “Se legitima producir más con lo mismo e lo mismo con menos” (Ardila Carrillo e Ulloa Unanue, 2002: 212).

No caso do Platô, há um aumento do trabalho assalariado em decorrência do fato de que a instalação do projeto implicou na desapropriação de 96 propriedades para implantação de 35, o que acarretou a diminuição dos proprietários dos estabelecimentos e na consequente ampliação do trabalho assalariado na região. No entanto, o número de trabalhadores contratados é muito menor do que o previsto (cerca de 20%) e a flexibilidade é predominantemente qualitativa em detrimento da quantitativa⁵.

Observados os dois casos, constata-se que no contexto da reestruturação produtiva mesmo que os condicionantes globais sejam os mesmos as estratégias dos produtores se estruturam localmente e divergem contestando a idéia de que a globalização homogeneiza a organização do trabalho.

4.3- Maior diversificação das relações de trabalho

⁵ A flexibilização quantitativa refere-se à capacidade de contratar e despedir trabalhadores, de adaptar seus horários às necessidades da empresa e dos requerimentos do mercado ou de instaurar formas salariais menos rígidas. A flexibilidade qualitativa é o conteúdo das qualificações dos trabalhadores e as novas formas de organizar o trabalho que supõe o envolvimento e polivalência da força de trabalho (Lara, 1998, p. 21).

No Valle, a necessidade de contar no tempo e forma com trabalhadores temporários para enfrentar os momentos de maiores requerimentos quantitativos de mão-de-obra exige que as empresas desenvolvam múltiplos mecanismos de recrutamento que contribuem para diversificar os vínculos trabalhistas. Na contratação de trabalhadores temporários intervêm cooperativas de trabalho, "punteros", "organizadores" e inclusive transportistas, principalmente para o caso dos migrantes sazonais conhecidos socialmente como *golondrinas*. Como menciona Pedreño (2001), as empresas organizam verdadeiras

“redes de recrutamento de força de trabalho” que abarcan no sólo el espacio no patagónico sino también se extiende a otras regiones del país; estas redes pueden adoptar una cobertura formal en forma de empresas de servicios, o informal a través de redes de amistad e vecindad de los trabajadores que ya hicieron otras temporadas de cosecha.

No caso dos trabalhadores *golondrinas*, como em geral se trata de trabalhadores que têm realizado temporadas anteriores, as empresas têm a obrigação de convocá-los ao início de cada temporada de colheita e embalagem dentro do marco legal do pessoal permanente descontinuo e segundo uma ordem de preferência - em geral, por antiguidade - (artículo 7 de la Ley de empleo 24.013), tal como ocorre com a mão-de-obra agrícola local ou regional. No entanto, como as convocatórias devem fazer-se diariamente e só é obrigatório através dos jornais locais, os trabalhadores *golondrinas* não podem ter acesso a esta informação em seus lugares de origem. Em consequência, as empresas os convocam por vias informais, “privilegiando aqueles que se mostraram mais eficientes” (Bendini e Radonich, 1999). Entre estas formas se podem mencionar:

- **líderes ou organizadores** que operam nas áreas de origem dos trabalhadores. São estes atores que convocam o pessoal de acordo com relações familiares, de vizinhança ou por camaradagem e em função das ofertas salariais e de convivência que exige a empresa. Esta forma de contratação estaria marcando uma diferença na organização e disciplina da mão-de-obra migrante em relação aos trabalhadores locais e leva a uma maior disponibilidade e obediência.
- **contactos com os municípios** e com outras instituições ou organismos. Por exemplo, com a Línea Sur rionegrina, houve um oferecimento de mão-de-obra a partir da Secretaria de Trabalho da Província. Dessa forma, durante a temporada 2002, se detectou a intervenção do Sindicato de Trabalhadores de Citros de Tucumán, o qual se fez responsável pelo traslado da mão-de-obra para a bacia do Valle Medio.

- **trabalhadores** que já têm vínculo mas convocam parentes e amigos da região e quase se responsabilizam por eles

Nos momentos de forte demanda de trabalho temporário – no campo e nos galpões de pós-colheita, as grandes empresas contratam as denominadas cooperativas de trabalho que operam à revelia da lei trabalhista, constituindo na realidade “pseudo” cooperativas de trabalho. *“Representan uno de los aspectos más extremos de la flexibilización, la absoluta precarización de la relación contractual, ya que transforman al trabajador, que de hecho actúa en relación de dependencia, en un trabajador pseudo autónomo, ‘asociado’, que percibe bajos salarios, carece de estabilidad, aportes provisionales, beneficios asistenciales, protección ante accidentes, enfermedades e demás beneficios que otorga la legislación laboral”* (Tsakoumagkos e Bendini, 2000: 103).

Na verdade, a demanda por trabalho na produção agrícola se diversifica. Tende a uma configuração de um mercado de trabalho caracterizado pela presença de equipes reduzidas de profissionais e técnicos altamente qualificados, em tempo integral, estáveis e com salários elevados; uma parte dos trabalhadores assalariados rurais permanentes, polivalentes e semi-qualificados; e finalmente, uma mão-de-obra assalariada temporária, menos qualificada com salários baixos e instáveis. Pelo exposto, as estratégias empresariais que tendem para a flexibilização do trabalho geram uma combinação de força de trabalho que representa um traço particular das novas características do emprego nas regiões agrícolas de exportação na Argentina. Este fenômeno se traduz, num aumento da vulnerabilidade/ precariedade trabalhista pela existência, cada vez maior, de fatores empresariais e jurídico-institucionais que tornam mais vulnerável o vínculo contratual empresário-trabalhador (Tsakoumagkos e Bendini, 2000).

As cooperativas de trabalho ainda não atuam na região do Platô, muito embora, já sejam realidade em São Paulo. No Platô uma iniciativa bastante posta em prática, é a indicação de conhecidos ou parentes para ocupar postos de trabalho com o posterior acompanhamento da pessoa que indica, para saber se está dando certo. Os porquês do acompanhamento, segundo os trabalhadores, se explicam pelo fato de que indicar uma pessoa que corresponde às expectativas é bom para ser reconhecido como alguém que tem responsabilidade e que seja chamado para indicar outros trabalhadores que sejam necessários. Ao contrário, indicar alguém que não corresponde às expectativas vai prejudicar a imagem de quem indicou e diminuir o seu poder de conseguir novas ocupações. Por esses motivos, a

seleção do trabalhador a ser indicado deve considerar, antes de tudo, a disposição e a disciplina do mesmo.

Aos olhos da comunidade a que pertencem, os trabalhadores que indicam ganham distinção. Erguem-se subsistemas de poder; essas pessoas passam a gozar de prestígio e de reconhecimento social, ou seja, passam a ser credoras de favores e obrigações que poderão ser pagos em um futuro próximo e em outras esferas que transcendam àquela do trabalho. Mas podem também agir pelo simples fato de doar, de oferecer algo que vai fazer bem ao outro, segundo lealdades primordiais de parentesco e amizade. Aos olhos dos empregadores vai aparecer como alguém que conhece o contexto em que vive, alguém em quem se pode confiar e, acima de tudo, alguém que pode monopolizar a função de arregimentador de trabalhadores, necessária em qualquer um dos empreendimentos que têm serviços temporários. Assim, conseguir ocupação para alguém tem o sentido de reforçar a própria permanência de quem a indicou.

Outra forma é através dos técnicos que conhecem diferentes trabalhadores nas atividades temporárias. Conhecer significa saber do desempenho e do local de residência, pois quanto mais perto do lote o trabalhador morar, melhor, considerando-se que existem distâncias que demandam transporte. Os trabalhadores são também associados aos lotes em que mais freqüentemente prestam serviço.

Na prática os vínculos familiares e de amizade são muito importantes nas indicações. A forma de obtenção de ocupação e as atividades agrícolas que desenvolvem como trabalhadores são as mesmas tanto para os registrados como para os clandestinos.

Contratar trabalhadores segundo redes de interconhecimento é uma iniciativa econômica, mas também moral. Ao mesmo tempo em que dispensa investimentos na busca de trabalhadores, garante a convocação de pessoas que foram socializadas para não decepcionarem aqueles que as indicam, o que corresponde mais facilmente aos anseios dos empregadores pelo saber-fazer e pelo saber-ser.

A convocação de novos trabalhadores via os que já trabalham é a regra geral, principalmente após a fase de implantação dos empreendimentos em que a força de trabalho foi recrutada por outras vias.

Uma vez que prestou serviços temporários, o trabalhador passa a constituir um banco de reserva daquele lote, podendo, segundo o seu desempenho, ser chamado algum dia para uma contratação legal ou apenas esporadicamente para trabalhar na condição de clandestino

em atividades temporárias. Assim, existe uma força de trabalho “flutuante”, que navega de lote em lote e que está reconhecida pelas capacidades que têm, pelas atividades que pode desenvolver e também pelos lugares em que reside. Desta forma, já são evitados transtornos quanto ao não saber o trabalho e aos atrasos atribuídos à dificuldade de transporte.

De maneira informal, se constitui uma rede de informações que enquadra os trabalhadores de uma forma que o seu engajamento na dinâmica de produção se dá sem transtornos, mesmo que para atividades temporárias.

Se a rede de informação que alimenta a de interconhecimento funciona na esfera local entre os trabalhadores, ela também existe na esfera dos empregadores. Existem trabalhadores que são marcados pela qualidade dos serviços, mas também pelo questionamento dos direitos; nesse caso, a estratégia é não contratá-lo. A circulação dessas informações se dá principalmente via técnicos e cabos de turma não apenas no sentido de enquadrar trabalhadores mas também de excluí-los.

4.4- Intensificação dos processos migratórios, principalmente sazonais

As mudanças tecnológicas trazem consigo um aumento dos rendimentos por hectare o que aumenta o volume da colheita elevando os requerimentos de mão-de-obra, fortemente concentrados neste período do ciclo produtivo. No Valle a atividade frutícola favoreceu a consolidação de um fluxo de trabalhadores migrantes temporários para a região proveniente de diferentes lugares do país. Ao contrário, no Platô houve um retorno de alguns trabalhadores da região, que haviam migrado para outros estados, ou seja, houve uma migração de retorno. No entanto, o volume de novos postos de trabalho não é suficiente para atrair trabalhadores de outras áreas.

No Vale Médio o número de trabalhadores rurais temporários durante o mês de maior demanda de trabalho—março, representa cerca de três quartos do total de mão-de-obra assalariada o que significa que por cada trabalhador permanente se incorporam, aproximadamente, três trabalhadores sazonais. (Censo Frutícola de Río Negro, 1993). Tais aspectos expõem a forte concentração da demanda de trabalho durante a época de colheita da fruta, demanda que supera a oferta de trabalhadores locais nas novas áreas produtivas, implicando no uso de mão-de-obra extra-regional.

As entrevistas realizadas nas localidades do Valle Medio revelam um predomínio de trabalhadores temporários procedentes do Noroeste do país (71 %). Sua importância estaria relacionada com o fluxo tradicional de migrantes desta área para o Valle Médio, para a

colheita de tomate considerado como espaços produtivos complementares, já que a safra açucareira e a colheita do limão, no Noroeste do país, empregam intensivamente a mão-de-obra de maio a outubro. Embora que em cada temporada, os governos estaduais e locais reclamem da ocupação da mão-de-obra regional, as empresas continuam empregando trabalhadores do norte argumentando a falta de trabalhadores na região e a qualificação já realizada durante as temporadas anteriores. (Kloster e Steimbregger, 2001; Bendini, Radonich e Steimbregger, 2005).

É importante ressaltar que a maior parte dos trabalhadores *golondrinas* provêm de áreas urbanas ou suburbanas, as quais estão relacionadas com um paulatino despovoamento das áreas rurais, a maior necessidade de força de trabalho estacional nesses complexos agro-exportadores e o incremento das taxas de desemprego urbano. O assentamento mais ou menos definitivo dos trabalhadores temporários - solteiros ou com sua família e a conseguinte infraestrutura habitacional necessária, impulsionou a expansão física das localidades da região. Neste sentido, as principais aglomerações urbanas onde se localizaram as grandes empresas frutícolas apresentaram um forte crescimento durante os anos 90. São exemplos disso as localidades de Chimpay, Belisle e Lamarque com um crescimento entre 1991 e 2001, de 143.1, 108.3 e 40.6% respectivamente.

4.5- Maiores requerimentos de qualificação.

Nos dois contextos estudados, a incorporação seletiva de tecnologia na agricultura assalariada tem dado lugar a maiores requerimentos de qualificação da mão-de-obra, principalmente entre os trabalhadores permanentes. No Valle, as empresas desenvolvem planos de capacitação – desde temas de convivência até administrativos e técnicos - orientados principalmente aos técnicos de nível médio, capatazes e chefes de grupo dos trabalhadores.

Essa exigência empresarial de habilidades e capacidades ocupacionais, manuais e intelectuais dá origem a uma nova polivalência, já que os trabalhadores não só devem realizar uma multiplicidade de tarefas que eram julgadas de competência do trabalhador rural à moda antiga, mas também agora implicam um trabalhador mais comprometido com os resultados do

processo produtivo e com a capacidade para avaliar e resolver problemas, desde a operação e reparação de máquina até a avaliação de solos, por exemplo (Neiman e Quaranta, 2000)

No Platô, os requerimentos se concentram na busca de profissionais de formação média para postos específicos. No geral, a qualificação se dá no dia-a-dia do trabalho. Talvez por condições como estas seja tão difícil a implantação da produção integrada.

Apesar das diferentes situações, os requerimentos de atividades geram uma maior segmentação e heterogeneidade da força de trabalho. Observa-se um grupo reduzido de trabalhadores com maior qualificação, estabilidade ocupacional e salários altos, ligados a postos de gerenciamento, planificação, controle e administração. Enquanto existe uma importante quantidade de trabalhadores temporários pouco qualificados, que realizam tarefas manuais, simples e rotineiras com maior esforço físico com base em conhecimentos tradicionais, vinculadas principalmente com trabalhos de campo e empacotamento (Bendini e Tsakoumagkos, 1999 e 2003; Mota, 2003).

4.6- Inserção/exclusão das mulheres do trabalho

Outras conseqüências do auge da produção de fruta fresca nas regiões estudadas é a maior incorporação do trabalho assalariado feminino no Valle e a sua quase inexistência no Platô. No Valle, a chegada das empresas frutícolas à região deu lugar a um aumento importante da participação ocupacional da mulher como assalariada rural, e mais especificamente como trabalhadora temporária, tanto em tarefas de campo para a uva de mesa como nos galpões de empacotamento (pêras, maçãs e uva de mesa).

A presença da mulher como assalariada nas atividades de campo ou do empacotamento, em postos operativos e não qualificados, está associada com o desenvolvimento de tarefas manuais que requerem certas qualidades específicas como docilidade, sentido estético e habilidades/destrezas manuais necessárias para a manipulação cuidadosa da fruta como também maior capacidade de concentração para a seleção da fruta quanto a cor, tamanho e peso. Qualidades definidas como naturalmente assignadas aos saberes e fazeres femininos, numa perspectiva de gênero (Cavalcanti e outros,1998).

Esta característica estaria expressando que a habilitação da mulher para ocupar essas posições ocupacionais está diretamente vinculada com o processo de socialização e com a capacitação informal nos lugares de trabalho e não com o nível de instrução formal; como expressa Lara, “se ignora o escatima su calificación” (Lara, 1999: 333). Este fenómeno pode estender-se aos trabalhadores de campo, em especial aos colhedores, cuja habilidade para

desenvolver determinadas tarefas é adquirida no processo cotidiano de trabalho através da experiência e de suas relações ocupacionais com outros trabalhadores e/ou capatazes. Desta forma o que seria “una calificación adquirida en el campo es, entretanto, descalificado enquanto criterio usado en la región, pues tal capacidad es atribuida a una aptitud natural de los trabajadores” (Cavalcanti, Ramos e da Silva, 1998; Bendini, Cavalcanti e Steimbregger, 2000). De acordo com Bendini e Pescio (1998), estas tendências de participação feminina no mercado de trabalho frutícola pareciam estar mais vinculadas com a necessidade de complementar os rendimentos domésticos depreciados do que com uma mudança nos padrões ideológicos a respeito do papel da mulher e das relações de gênero.

No caso do Platô. Apesar dos entrevistados valorizarem o trabalho feminino no discurso, a participação das mulheres no quadro de trabalhadores permanentes é pífia; elas representam apenas 1,47% dos trabalhadores temporários no Platô. Há o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves e também por serem as mulheres mais atenciosas, detalhistas, “obedientes” e limpas, por isso mesmo, mais indicadas para a polinização do maracujá, poda e plantio. Estas associações também foram constatadas por Cavalcanti e outros(1998) no Vale do São Francisco, onde as mulheres têm atribuições específicas na viticultura. Concordamos com Melo (2003), ao afirmar que a preferência pelo trabalho feminino para estas atividades é muito mais pela produtividade do que leveza ou facilidade, mas essa performance tende a ser escamoteada pela subordinação do gênero ditada pelo sistema patriarcal vigente.

A alocação de papéis sociais, em que compete à mulher as atividades mais leves ou menos especializadas e aos homens as mais pesadas ou especializadas, freqüentemente conduz à naturalização de papéis construídos socialmente, dificultando assim, a sua contestação, o que poderia levar a uma menor rigidez na mobilidade ocupacional.

4.7- Deterioração das condições salariais e de trabalho.

Mesmo considerando as especificidades do Valle e do Platô, as ocupações geradas em ambos primam pelo pagamento de salários baixos e que na opinião dos entrevistados, vinculados ou não com a atividade, tem contribuído para "achatar" os níveis salariais da região.

No Valle, na temporada 2001/2002, o salário de um embalador era em media, 300 pesos por mês, dependendo do número de caixas realizadas. No caso de um bom colhedor podia receber 500 pesos mensais com salário familiar incluído, que consiste em uma soma fixa

remunerativa por filho- até os 18 anos, que se incorpora ao salário mensal do trabalhador. A forma de pagamento mais difundida durante a colheita de fruta é segundo a quantidade de caixas (de 350 a 450 kg de fruta) colhidas por dia, no caso da colheita e de acordo com a quantidade de caixas embaladas por dia no galpão de pós-colheita. Não se trata de um salário mensal fixo, se não que depende do que o trabalhador faça por dia, está relacionado com a produtividade. Ao embalador se paga por caixa (a caixa de papelão onde se embala a fruta para comercializar, como enviadas ao Brasil) por dia.

Todavia, surge a pergunta de como se consegue combinar o pagamento por produtividade com os níveis de qualidade requeridos para exportação. As empresas levam adiante um estrito controle do trabalhador-colhedor que é realizado pelos capatazes e os *punteros*. Para isso existe no campo um sistema informático no qual são registrados os dados de cada colhedor, seu rendimento e as observações que possam fazer o *puntero*, ou capataz, ou quem corresponda sobre os mesmo. O aumento das exigências de qualidade no momento da colheita - cuidadosa manipulação da fruta, cor e tamanho -, diminui o volume da fruta colhida por dia por trabalhador e, ao ser pago por tanto, influencia diretamente no salário.

No caso do Platô, a grande maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo brasileiro, independentemente da produtividade. Aliás, ainda não foram incorporadas sistemáticas de acompanhamento individual quanto ao desempenho de cada trabalhador ficando os mesmos sujeitos aos chamados “cabos de turma” ou aos técnicos que são responsáveis pelo empreendimento.

Uma questão ausente no Platô, mas muito presente no Valle, é a existência de formas não salariais de pagamento aos trabalhadores. Neste sentido, há firmas que abonam parte do salário em moeda corrente parte mediante o uso de tickets, em especial ao trabalhador *golondrina*. Para a empresa, a utilização de ticket diminui a necessidade de dinheiro para o pagamento dos salários. Ao contrário, ao trabalhador limita a liberdade de comprar em outros negócios da localidade donde poderiam adquirir o mesmo a um menor preço, e no caso dos migrantes sazonais, se reduz também a possibilidade de enviar dinheiro a suas famílias ou dispor de dinheiro para chamar por telefone ao seu lugar de origem. Tal prática é amplamente reconhecida na região da zona da Mata do estado de Pernambuco no Brasil como barracões.

Além da transitoriedade e dos baixos salários, é necessário analisar as condições de trabalho que oferecem as grandes empresas nos dois casos. Os depoimentos expressam as situações mais comuns de precarização e exploração.

Como expresa Murmis, “la precariedad se convierte en norma, condiciones de trabajo consideradas "en negras", se transforman así en legales” (Murmis, 1994).

No Valle, a maior parte dos trabalhadores *golondrinas* que chegam à região para trabalhar no empacotamento alugam casas nas localidades da região, ou vivem nos alojamentos das empresas. A maioria dos colhedores migrantes vivem nos estabelecimentos das empresas frutícolas, nem sempre confortáveis e higiênicos.

A presença de trabalhadores provenientes de outras regiões e as condições de precariedade que os rodeiam parecem desencadear sentimentos de desconfiança social e de competência laboral, gerando tensão na comunidade, em muitos casos estimulada pelos níveis mediáticos e político-institucionais.

Ainda que os trabalhadores migrantes sazonais sejam aqueles historicamente mais vulneráveis na estrutura ocupacional da cadeia de valor agrícola, a expansão das condições de flexibilidade laboral em todas as etapas do circuito acentuam a precariedade e a vulnerabilidade social desses trabalhadores. Estas características se reforçam nas *novas áreas* como consequência da configuração de uma agricultura em grande escala que assume formas de enclave por sua escassa vinculação regional, condição que favorece ainda mais o isolamento dos trabalhadores rurais, sua invisibilidade social e sindical, e a exploração ocupacional.

Conclusões

Como pontos centrais, pode-se concluir que:

- 1- Há coincidência dos processos que ocorrem em lugares distantes no que se refere ao acesso aos recursos e ao papel do Estado, reforçando certos grupos sociais em detrimento de outros.
- 2- Apesar de integradas aos mercados globais e nacionais de frutas frescas, as duas regiões se inserem diferentemente de acordo com as características sócio-institucionais e históricas de cada espaço local.
- 3- Controles externos e internos na cadeia de valor agrícola, contribuem para o re posicionamento dos velhos atores e surgimento de novos.
- 4- Revalorização dos espaços para a configuração de novos territórios orientados para a produção frutícola, a partir da ação conjunta do grande capital –nacional,

transnacional, e o papel facilitador do Estado, através do financiamento, infraestrutura: de irrigação e social, etc) que privilegia regiões, produtos e atores sociais.

- 5- A chegada das empresas frutícolas na região do Valle Medio dotou de um dinamismo significativo o mercado de trabalho regional, mas o incremento das fontes ocupacionais se traduzem, principalmente, em postos de trabalho caracterizados por uma menor qualificação e estabilidade, rendas escassas e poucas possibilidades de negociação coletiva, relacionadas com os momentos de colheita e embalagem de fruta e, em menor medida, com as distintas tarefas culturais que se realizam ao largo do ciclo produtivo -poda, raleio, limpeza de canais. Observa-se também que, apesar de a transitoriedade do trabalho rural está sempre presente, nos últimos anos se tem generalizado, como consequência da busca de uma organização empresarial mais flexível. Neste sentido, vão adquirindo importância as categorias de "trabalhador permanente descontínuo", trabalhadores que são contratados várias vezes ao longo do ano, para diferentes tarefas e "trabalhadores migrantes sazonais", vinculados quase exclusivamente, à tarefa de colheita.

Por paradoxal que possa parecer, no marco da expansão da agricultura intensiva para exportação a lógica empresarial continua ser a de continuar deteriorando as dimensões sociais do trabalho assalariado - permanência, qualificação, vínculo contratual e direitos trabalhistas - mediante a conjugação de *flexibilidades* históricas e novas, o que aumenta a precarização, o risco ocupacional e a vulnerabilidade social dos trabalhadores rurais (Cavalcanti e Bendini, 2001). O custo da mão-de-obra "*debe ser lo más barato e lo más productivo posible, sin importar las condiciones de quienes trabajan*" (Ardila Carrillo e Ulloa Unanue, 2002: 212). Deve-se, entretanto destacar que os novos empreendimentos agrícolas para produção de mercadorias, segundo as demandas do Norte ou mesmo aqueles que apostam numa crescente demanda nacional, motivada pelos novos estilos de vida e hábitos de consumo, estão também enfrentando novos constrangimentos de mercado; por exemplo, com o crescimento da demanda pela água de coco, outras áreas entraram em produção no Brasil e os produtos não têm a esperada conexão com mercados extra-regionais gerando uma frustração dos empresários que repercute também no limitado investimento no setor.

Finalmente torna-se importante salientar que os novos controles sobre o trabalho e o trabalhador, instituídos pelas certificações e selos, que permitem a rastreabilidade das mercadorias e por fim dos trabalhadores, estão interferindo nas mudanças que têm lugar nos novos territórios frutícolas. Tais mudanças revelam a importância do tema aqui tratado para a

compreensão dos problemas que afetam, a nova configuração da estrutura agrária, delimitação de territórios e controles sobre o trabalho e o trabalhador, re-significados pelo esforço comparativo aqui desenvolvido.

Bibliografía

- Ardila Carrillo, Z. e Ulloa Unanue, M. (2002) “Mujeres e flores: flexibilización en marcha. El trabajo de las mujeres floricultoras de Colombia”. En *Revista de Ciencias Sociales Areas*, nº 22. Universidad de Murcia. España.
- Bendini, Mónica e Pescio, Cristina. (1998). “Mujer e trabajo: las empacadoras de fruta del Alto Valle”. En Mónica Bendini e Nélica Bonaccorsi (compiladoras), *Con las puras manos. Mujer e trabajo en regiones frutícolas de exportación*. Cuadernos del GESA I. Editorial La Colmena. Buenos Aires. Argentina.
- Bendini, Mónica e Tsakoumagkos, Pedro. (1999) “Transformaciones agroindustriales e nuevas posiciones laborales”. En Bendini e Tsakoumagkos (coord.) *Transformaciones agroindustriales e laborales en nuevas e tradicionales zonas frutícolas del norte de la Patagônia*. GESA/PIEA. Buenos Aires. Argentina.
- Bendini, Mónica e Radonich, Martha (coordinadoras). (1999). *De golondrinas e otros migrantes*. Uaderno del GESA II. Editorial La Colmena. Buenos Aires. Argentina.
- Bendini, Mónica. (1999). “Entre maçãs e pêras: globalizacão, competitividade e trabalho”. In Josefa Salete B. Cavalcanti (organizadora), *Globalizacão, trabalho e meio ambiente*. Editora Universitária UFPE. Brasil.
- Bendini, Mónica; Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa e Steimbregger, Norma. (2000). “Cambios en la estructura productiva e grupos vulnerables: migrantes e mujeres en regiones frutícolas de exportación: Alto Valle de Argentina e Vale de Sao Francisco en Brasil”. *Proyecto CONICET-CNPq*. UFPe (Brasil) e UNCo (Argentina). Inédito.
- Bendini, Mónica e Tsakoumagkos, Pedro. (2003). “El agro regional e los estudios sociales. Temáticas e reflexiones”. En Mónica Bendini, Salete Cavalcanti, Miguel Murmis e Pedro Tsakoumagkos (compiladores), *El campo en la sociología actual. Una perspectiva latinoamericana*. Editorial la Colmena. Buenos Aires.
- Casanova, Mário Leônidas. (1979), *Ioiô pequeno da Várzea Nova*. São Paulo, Editora Clube do Livro.
- Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa, MOTA, Dalva M.da & SILVA, Pedro Gama da(2002) Mirando hacia al norte. Clase género y etnicidad en los espacios de fruticultura del Nordeste de Brasil. *AREAS*, 26 :161-181.
- Cavalcanti, J. S. B.; Bendini, M.I. (2001). “Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina”. Buenos Aires: **CLACSO**, pp.339-362.
- Cavalcanti, J.S.B.e Bendini, M.I. “Introdução”. En Cavalcanti, J. S. B. (1999 (Org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Co-editores: Bendini, M. e Graziano da Silva, J. Recife: Editora Universitária/UFPE
- Cavalcanti, J. S. B; Ramos, J. V.R.; Ssilva, A.C.B. da (1998). “El trabajo femenino en la agricultura de exportación. Las trabajadoras en la producción de uva- Brasil”. En Bendini, M.; Bonaccorsi, N. *Con las puras manos*. Buenos Aires: La Colmena, p.77-94.
- Cavalcanti, J. S. B. (1999b). “Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco”. En J. S .B. Cavalcanti (Org.). *Op. Cit.* pp. 123-170.
- Cavalcanti, J. S. B.; Silva, A.C. B. da. (1999). “Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco”. En: J. S .B. Cavalcanti (Org.), *Op. Cit.*, pp. 259 -281

- Kloster, Elba e Steimbregger, Norma. (2001). "Empresas e territorio. Impacto en el trabajo agrario a partir de un estudio de caso". *5º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo*. ASET, Universidad de Buenos Aires.
- Lara, Sara. (1998). *Nuevas experiencias productivas e nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. Juan Pablos Editor. México.
- Lara, Sara e C. de Grammont, Hubert. (1999). "Reestructuración productiva e mercado de trabajo rural en las empresas hortícolas". En Hubert C. de Grammont (coordinador), *Empresas, reestructuración productiva e empleo en la agricultura mexicana*. Plaza e Valdés Editores. México.
- Ley 22.248 e su Reglamentación. (1983). Trabajo Agrario. Act. 21/3/83.
- Marañón, Boris. (2002). "Impactos socioeconómicos e ambientales de la modernización agroexportadora no tradicional en El Bajío, México". En *Revista de Ciencias Sociales Areas*, N° 22. Universidad de Murcia. España.
- Melo, Lúcia Albuquerque de. (2003), *Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do pronaf em Afogados da Ingazeira-Pe*. Tese de doutorado UFPE.
- Mota, Dalva Maria da e Silva Júnior, Josué da. (2003), *Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira*. Raízes, v.22, n.02. Campina Grande.
- Murmis, Miguel. (1994). "Algunos temas para la discusión en sociología rural latinoamericana, reestructuración, desestructuración e problemas de incluidos e excluidos". En *Revista Latinoamericana de Sociología Rural*, n° 2. Chile.
- Neiman, Guillermo e Quaranta, Germán. (2000). "Reestructuración de la producción e flexibilidad funcional del trabajo agrícola en la Argentina". En *Estudios del trabajo. Reestructuración e trabajo en la producción agroalimentaria*. Año 6, N° 12. ALAST. Buenos Aires.
- Neiman, Guillermo; Bocco, Adriana e Martín, Clara. (2001). "Tradicional e moderno. Una aproximación a los cambios cuantitativos e cualitativos de la demanda de mano de obra en el cultivo de vid". En Guillermo Neiman (compilador), *Trabajo de campo. Producción, tecnología e empleo en el medio rural*. Ediciones Ciccus. Argentina.
- Pedreño, Andrés. (2001). "Efectos territoriales de la globalización: el caso de la ruralidad agroindustrial murciana". En *Revista de Estudios Regionales*. 2ª Época, Enero-abril 2001. Universidad de Andalucía. España.
- Pedreño, Andrés. (2003). "Los campos de la globalización agroalimentaria". En Bendini, Mónica e Steimbregger, Norma (coords.), *Territorios e organización social de la agricultura*, Cuadernos GESA 4. Editorial La Colmena. Buenos Aires.
- Provincia de Río Negro. (1994). *Censar'93*. Ministerio de Economía, Subsecretaría de Fruticultura, Río Negro.
- Radonich, Martha e Steimbregger, Norma. (1999). "Estrategias empresariales e modalidades de expansión territorial", en Bendini e Tsakoumagkos (coordinadores) *Transformaciones agroindustriales e laborales en nuevas e tradicionales zonas frutícolas del norte de la Patagônia*. P.I.E.A. 10-GESA 3. Buenos Aires
- Steimbregger, Norma; Radonich, Martha e Bendini, Mónica. (2003). "Expansiones de frontera agrícola e transformaciones territoriales: procesos sociales diferenciales". En Bendini, Mónica e Steimbregger, Norma (coordinadoras), *Territorios e organización social de la agricultura*, Cuadernos GESA 4. Editorial La Colmena. Buenos Aires.
- Steimbregger, Norma (2004). *Trayectoria e reorganización de una empresa frutícola en el marco de la reestructuración productiva*. Tesis de Maestría en Sociología de la Agricultura Latinoamericana. FDyCS, Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, Argentina. Inédito.

Teubal, Miguel. (1999). “Complejos e sistemas agroalimentarios. Aspectos teórico-metodológicos”. En Norma Giarracca (coordinadora), *Estudios Rurales. Teorías, problemas e estrategias metodológicas*. Editorial La Colmena. Buenos Aires.

Tsakoumagkos, P. e M. Bendini (2000) “Modernización agroindustrial e mercado de trabajo, ¿flexibilización o precarización? El caso de la fruticultura en la cuenca del río Negro”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Año 6, N° 12, CARYBE-EDITARE, Buenos Aires.

www.rimisp.org.ar, 2005. Bendini et al. “Estudio territorial de Luis Beltrán”.